



BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO 2022

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO



Elisabeth Barros de Santana
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2022)

CONSOLIDADO

Exercício de 2022

Pág.: 1

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		15.334.614,73	7.586.314,17	PASSIVO CIRCULANTE		1.072.698,82	2.896.027,59
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		13.969.411,77	7.105.015,30	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		18.282,19	85.526,21
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		13.969.411,77	7.105.015,30	PESSOAL A PAGAR		18.282,19	23.576,18
CONTA ÚNICA	F	446.367,54	3.958.670,40	PESSOAL A PAGAR	F	18.282,19	23.576,18
CONTA ÚNICA RPPS	F	2.870.050,39	2.021.804,89	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		0,00	14.685,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F	10.652.993,84	1.124.540,01	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	F	0,00	14.685,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		0,00	47.265,03
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		653.845,38	476.080,62	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	0,00	2.050,73
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		653.845,38	476.080,62	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	0,00	45.214,30
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	F	286.510,92	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	F	-29,15	67.271,20	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		820.412,16	981.691,83
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	F	-9.568,07	31.877,74	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ		820.412,16	981.691,83
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	P	376.931,68	376.931,68	FORNECEDORES NACIONAIS	F	815.912,16	981.691,83
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		711.357,58	5.218,25	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	4.500,00	0,00
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		711.357,58	5.218,25	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	F	711.357,58	5.218,25	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		0,00	0,00
ESTOQUES		0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		234.004,47	1.828.809,55
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00	VALORES RESTITUÍVEIS		234.004,47	1.828.809,55
ATIVO NÃO CIRCULANTE		23.052.927,81	19.921.670,26	CONSIGNAÇÕES	F	229.714,33	1.766.914,21
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		5.341.170,01	3.474.860,89	DEPÓSITOS JUDICIAIS	F	700,00	700,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		5.341.170,01	3.474.860,89	DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	F	434,71	65.458,24
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	3.666.392,77	1.741.723,22	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	F	3.155,43	-4.262,90
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	605.370,25	432.375,79	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		118.505.976,22	12.189.185,37
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	P	184.773,66	169.592,13	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		9.686.057,61	9.661.218,83
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	934.706,30	1.181.240,72	PESSOAL A PAGAR		146.791,03	146.791,03
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	P	-50.072,97	-50.070,97	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO	P	146.791,03	146.791,03
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		9.539.266,58	9.514.427,80
IMOBILIZADO		17.711.757,80	16.446.809,37	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	P	934.706,30	1.181.240,72
BENS MÓVEIS		10.589.257,59	9.730.180,16	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	P	8.604.560,28	8.333.187,08
VEÍCULOS	P	1.389.243,33	1.389.243,33	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS DE INFORMÁTICA	P	127.440,20	54.809,34	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		6.330,30	645.198,77
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	7.393.903,13	7.163.438,29	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZ		6.330,30	645.198,77
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	15.619,74	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	P	6.330,30	6.330,30
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	966.688,72	553.549,35	PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES			



Documento Assinado Digitalmente por: ERICA MIRELE DOS SANTOS MOREIRA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO, ELISABETH BARROS DE SANTA
 Acesso em: https://tce.tce-pe.gov.br/ppp/validaDoc.aspx?CodigoDoDocumento=153a35-0401-40de-8cb8-465c14a151e

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2022)



Pág.: 2

Exercício de 2022

A) QUADRO PRINCIPAL

CONSOLIDADO

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	696.362,47	569.139,85	NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	P	0,00	638.868,47
BENS IMÓVEIS		9.385.596,40	8.561.856,13	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	1.139.424,89	568.694,25	PROVISÕES A LONGO PRAZO		108.813.588,31	1.882.767,77
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	8.246.171,51	7.993.161,88	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO		108.813.588,31	1.882.767,77
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-2.263.096,19	-1.845.226,92	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	P	55.752.944,08	36.460.127,47
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	-455.273,11	-455.273,11	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	P	53.060.644,23	7.683.446,10
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-1.807.823,08	-1.389.953,81	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	P	0,00	-71.093.415,01
INTANGÍVEL		0,00	0,00	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	P	0,00	28.832.609,21
DIFERIDO		0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
TOTAL		38.387.542,54	27.507.984,43	RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
				TOTAL PASSIVO		119.578.675,04	15.085.212,96
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-81.191.132,50	12.422.771,47
				PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
				RESULTADOS ACUMULADOS		-81.191.132,50	12.422.771,47
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		-81.191.132,50	12.422.771,47
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	-91.875.528,26	-2.989.254,45
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	12.422.771,47	14.480.293,75
				AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	-1.738.375,71	931.732,17
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-81.191.132,50	12.422.771,47
				TOTAL		38.387.542,54	27.507.984,43

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

ELISABETH BARROS DE SANTANA
PREFEITA
054.926.744-12

JOSE CADENGUE LIRA NETO
TESOUREIRO
103.218.494-93

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro(31/12/2022)

Exercício de 2022



Pág.: 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO		14.957.683,05	7.209.382,49	PASSIVO FINANCEIRO (1.072.698,82)+RP não Proc.(0,00)		1.072.698,82	2.898.727,01
ATIVO PERMANENTE		23.429.859,49	20.298.601,94	PASSIVO PERMANENTE		118.505.976,22	12.189.185,37
				SALDO PATRIMONIAL		-81.191.132,50	12.420.072,05

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

ELISABETH BARROS DE SANTANA
PREFEITA
054.926.744-12

JOSE CADENGUE LIRA NETO
TESOUREIRO
103.218.494-93

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2022)

Exercício de 2022

Pág.: 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		49.800,96	49.800,96	ATOS POTENCIAIS PASSIVO		20.166.637,62	11.359.474,01
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		49.800,96	49.800,96	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		20.166.637,62	11.359.474,01
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		49.800,96	49.800,96	TOTAL		20.166.637,62	11.359.474,01

EDER MARCONE VIEIRA
 CONTADOR
 042.014.874-40

ELISABETH BARROS DE SANTANA
 PREFEITA
 054.926.744-12

JOSE CADENGUE LIRA NETO
 TESOUREIRO
 103.218.494-93



Documento Assinado Digitalmente por: ERICA MIRELE DOS SANTOS MOREIRA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO, ELISABETH BARROS DE SANTANA
 Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/gppv/validaDoc.seam> Código do documento: ee153a35-0401-40de-8cb8-465c14ea151c

Apresentação



O presente Balanço Patrimonial foi elaborado com base e em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012.

As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877/2018, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle que deram suporte a elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

Segundo Marion (2004, p.52) *“O Balanço Patrimonial é o mais importante relatório gerado pela contabilidade. Através dele pode-se identificar a saúde financeira e econômica da empresa no fim do ano ou em qualquer data prefixada. É no balanço patrimonial que estão às informações de como anda a situação da empresa, sua rentabilidade a solvência, se tem capital de giro e por fim se consegue honrar suas dívidas, entre outras informações que podem ser extraídas.”* MARION, José Carlos, E.M. *Análise das demonstrações contábeis*. 2º. ed. São Paulo: Atlas, 2002

Para Assaf Neto (1981, p. 28), *“o balanço servirá como elemento de partida para o conhecimento retrospectivo da situação econômica e financeira de uma empresa, através das informações contidas nos seus vários grupos de contas”*. ASSAF

Documento Assinado Digitalmente por: ERICA MIRELE DOS SANTOS MOREIRA, RUI CESAR SANDALO DE MELO, ELIABETTA BARROS DI SANTANA, PER MARCONI OLIVEIRA
Acesse em: https://atce.tec.pe.gov.br/p/vault/Doc/seam/Codigado_documento/53a35-0401-40de-8c9e-4d5c1a1510



As ferramentas contábeis disponíveis para a Elaboração deste balanço foram registradas em sistema de Contabilidade Pública SCP9, homologado e disponibilizado pela empresa Fiorilli, o processamento de dados é totalmente informatizado, em particular as dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Sendo operacionalizados durante o exercício de 2022. Sendo realizado este processamento pelos servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionado pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, devidamente assessorados pela M V ASSESSORIA E CONSULTORIA MUNICIPAL

O Balanço Patrimonial Individual (BPI), é a demonstração contábil que evidencia qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 190/2022, conforme anexos XIX e XII, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE, dentre elas a utilização dos prefixos "P" ou "F" relativo aos atributos "Permanente" e "Financeiro".

Analisando os dados do balanço patrimonial de 2022, observamos que o total do Ativo Circulante (AC) foi de R\$ 15.334.614,73, enquanto o Ativo Não Circulante (ANC) foi de R\$ 23.052.927,81. O Passivo Circulante (PC) apresentou o valor de R\$ 1.072.698,82, enquanto o Passivo Não Circulante (PNC), apresentou o valor de R\$ 118.505.976,22. Utilizando a equação patrimonial, o balanço apresentou Patrimônio Líquido (PL) em



31/12/2022 de R\$ -81.191.131,50.

Para efeito de levantamento do cálculo do Superávit Financeiro para o exercício 2022, definido no §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, consta ao final de 2022 Quadro de Superávit/Déficit Financeiro o valor total de R\$ 13.884.984,23 em fontes recursos vinculados, os quais serão detalhados nas notas explicativas. A seguir se apresentado o balanço patrimonial na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

ELISABETH BARROS DE SANTANA

PREFEITA



a) Informações Gerais:

Nome do órgão ou entidade: Prefeitura Municipal de Brejão – PE (PMT)
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
CNPJ: 10.131.076/0001-00
Domicílio do órgão ou entidade: Rua Melquíades Bernardes, S/N – CEP: 55325-000. CODIGO DO MUNICÍPIO: 2602407
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A Prefeitura Municipal de Brejão concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124- 4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 6.737 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 0,6. Durante o exercício de 2022 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 959 de 03 de novembro de 2021 (LOA para o ano de 2022)
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
Consolidação das demonstrações contábeis: A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, conforme relação a seguir: 1) Câmara Municipal de Vereadores de Brejão; 2) Prefeitura Municipal de Brejão; 3) Fundos Municipal de Saúde (FMS); 4) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); 5) Fundo de Previdência Própria dos Servidores Municipais de Brejão - PE.
Dados do gestor (Prefeito do Município): Nome: Elisabeth Barros de Santana. Cargo: Prefeita. Período de gestão: 01/01/2022 a 31/12/2022
Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas: Nome: Eder Marconi Vieira. CRC-PE nº PE-027904/O-8. E-mail: edervieira@gmail.com
Dados do Secretário de Finanças responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial Prefeitura Municipal: Nome: Sandoval Cadengue de Santana.
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: Julio César Sampaio.
Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: Fiorilli – SCPI
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: www. http://brejao.pe.gov.br/transparencia



B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis de identidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 112/2020 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2.1 Bases de mensuração utilizadas: O balanço patrimonial foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento as NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.2 O caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.3 Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.4 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.5 Estoques: Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.6 Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2022, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2022, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.7 Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o



saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão: Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante: As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões: As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



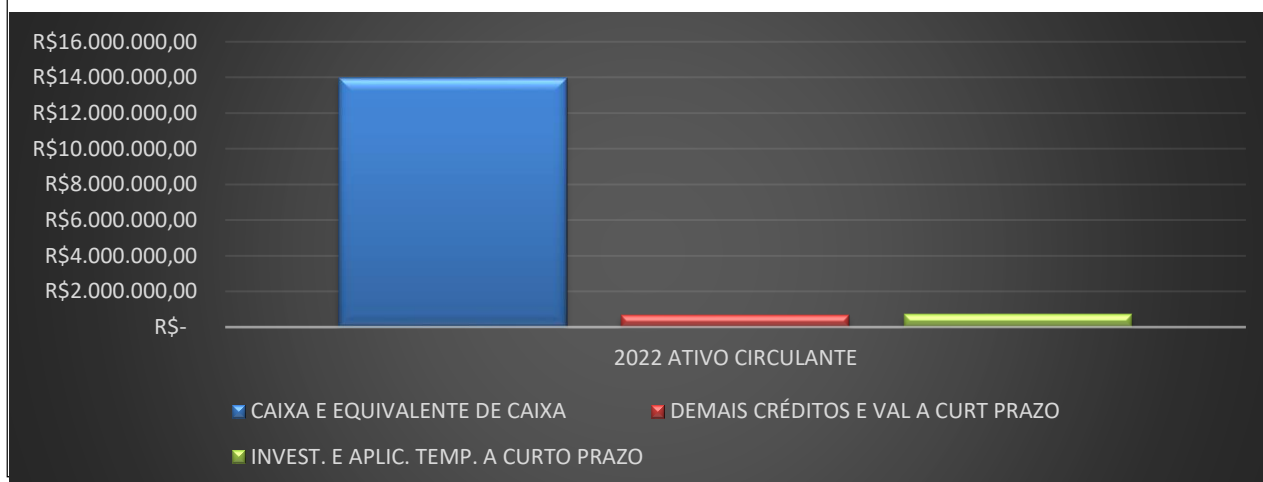
C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		15.334.614,73	7.586.314,17
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		13.969.411,77	7.105.015,30
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		13.969.411,77	7.105.015,30
CONTA ÚNICA	F	446.367,54	3.958.670,40
CONTA ÚNICA RPPS	F	2.870.050,39	2.021.804,89
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F	10.652.993,84	1.124.540,01
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		653.845,38	476.080,62
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		653.845,38	476.080,62
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	F	286.510,92	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	F	-29,15	67.271,20
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	F	-9.568,07	31.877,74
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	P	376.931,68	376.931,68
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		711.357,58	5.218,25
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		711.357,58	5.218,25
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	F	711.357,58	5.218,25
ESTOQUES		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENT		0,00	0,00

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2022 foram de R\$ 15.334.614,73, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos, estoques e despesas (VPD) pagas antecipadamente.



Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em



31/12/2022 somam R\$ 13.969.411,77. O valor disponível apresentou Acréscimo de R\$ 6.867.396,47 em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 7.105.015,30.

Caixa e Equivalente de Caixa	Valor de Saldo ao final do Exercício anterior 31/12/2021, para o Exercício 2022.
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	R\$ 10.652.993,84
Cota Única	R\$ 446.367,54
Cota Única RPPS	R\$ 2.870.050,39
Total	R\$ 13.969.411,77

Nota 3) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		653.845,38	476.080,62
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		653.845,38	476.080,62
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	F	286.510,92	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	F	-29,15	67.271,20
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	F	-9.568,07	31.877,74
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	P	376.931,68	376.931,68

NÍVEIS	VALOR	ATRIBUTO
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	R\$ 286.510,92	F
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	R\$ -29,15	
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	R\$ -9.568,07	F
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	R\$ 0,00	F
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	R\$ 376.931,68	F
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	R\$ 0,00	
Total	R\$ 653.845,38	

Nota 4) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total de R\$ 711.357,58, compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		711.357,58	5.218,25
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		711.357,58	5.218,25
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	F	711.357,58	5.218,25

Nota 5) ESTOQUE: O saldo do estoque inicial em 31/12/2022 foi de R\$ 0,00 e as incorporações




em 2021 somam R\$ 0,00.

ATIVO NÃO CIRCULANTE		23.052.927,81	19.921.670,66
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		5.341.170,01	3.474.860,99
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		5.341.170,01	3.474.860,99
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	3.666.392,77	1.741.723,22
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	605.370,25	432.375,99
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	P	184.773,66	169.592,33
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	934.706,30	1.181.240,21
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	P	-50.072,97	-50.070,87
INVESTIMENTOS		0,00	0,00
IMOBILIZADO		17.711.757,80	16.446.809,47
BENS MÓVEIS		10.589.257,59	9.730.180,66
VEÍCULOS	P	1.389.243,33	1.389.243,33
BENS DE INFORMÁTICA	P	127.440,20	54.809,44
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	7.393.903,13	7.163.438,99
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	15.619,74	0,00
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	966.688,72	553.549,45
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	696.362,47	569.139,55
BENS IMÓVEIS		9.385.596,40	8.561.856,33
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	1.139.424,89	568.694,55
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	8.246.171,51	7.993.161,88
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-2.263.096,19	-1.845.226,22
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	-455.273,11	-455.273,11
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-1.807.823,08	-1.389.953,11
INTANGÍVEL		0,00	0,00
DIFERIDO		0,00	0,00

Nota 06) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 23.052.927,81.

Nota 07) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO: Os crédito tributário a receber contabilizados no ano de 2022, estão discriminados em memória de cálculo a seguir:

 Prefeitura Municipal de Brejão		Previsão de Lançamento do Mercantil			Pag.: 1
Tributu's - Sistema de Tributos Municipais- Modulo: DÍVIDA ATIVA					
Ano	Valor em UFIR	Valor Corrigido	Multa	Juros	Total
2018	4.288,3000	5.259,17	525,92	3.188,87	8.973,96
2019	19.800,9000	23.541,26	2.354,15	11.127,45	37.022,86
2020	29.921,5000	34.283,99	3.428,40	12.352,28	50.064,67
2021	33.265,5000	36.612,02	3.661,22	6.066,73	46.339,97
2022	37.037,5000	37.037,50	3.703,75	1.630,95	42.372,20
Total =>	124.313,7000	136.733,94	13.673,44	34.366,28	184.773,66



Previsão de Lançamento Não Tributária

Tributu's - Sistema de Tributos Municipais- Modulo: DÍVIDA ATIVA

15/02/2023 07:11

Ano	Valor em UFIR	Valor Corrigido	Multa	Juros	Total
1996	97.614,8200	258.747,60	25.874,76	840.929,71	1.125.552,00
1997	59.215,7000	151.302,04	15.130,20	473.575,37	640.007,60
2008	210.000,0000	384.993,00	38.499,30	696.837,33	1.120.329,60
2013	134.721,5100	208.643,20	20.864,32	252.458,28	481.965,80
2014	47.410,0000	70.621,94	7.062,19	76.977,91	154.662,00
2015	39.975,0000	63.566,81	6.356,68	61.659,80	131.583,20
2021	8.935,0000	9.833,86	983,39	1.475,08	12.292,30
Total =>	597.872,0300	1.147.708,45	114.770,84	2.403.913,48	3.666.392,77



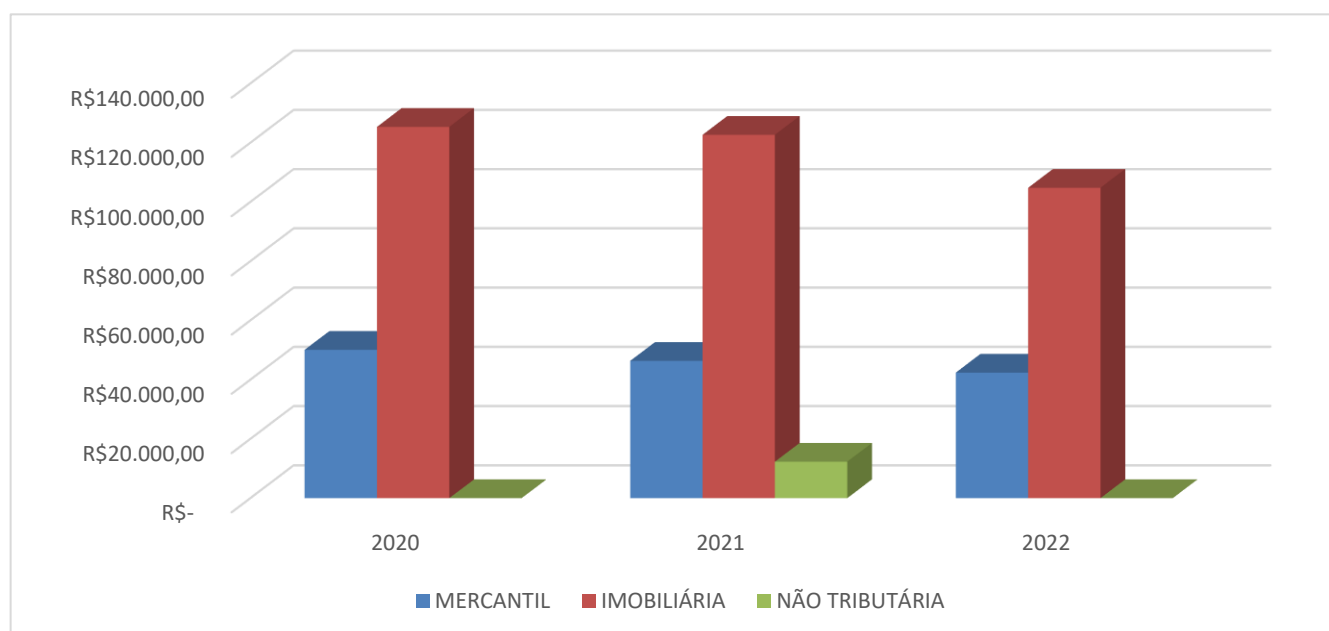
Previsão de Lançamento do Imobiliário

Tributu's - Sistema de Tributos Municipais- Modulo: DÍVIDA ATIVA

15/02/2023 07:11

Ano	Valor em UFIR	Valor Corrigido	Multa	Juros	Total
2018	63.831,2600	78.282,74	7.828,50	39.158,32	125.269,50
2019	71.398,2700	84.885,51	8.488,84	33.946,89	127.321,24
2020	76.781,5200	87.976,28	8.797,46	28.574,37	125.348,10
2021	85.753,4200	94.380,73	9.438,04	18.836,33	122.655,10
2022	93.549,5000	93.549,50	9.355,44	1.871,30	104.776,24
Total =>	391.313,9700	439.074,76	43.908,28	122.387,21	605.370,21

DÍVIDAS TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIAS



Documento Assinado Digitalmente por: ERICA MIRELE DOS SANTOS MOREIRA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO, ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA



Previsões sistêmicas matemáticas de Arrecadação da Dívida Tributária e não Tributária: Observação:

Base de cálculos com atribuições de referência data base do exercício 2022 adicionados 4% ano a ano para compor multas e juros:

	Dívida Não Tributária	Dívida Ativ. Imobiliária	Dívida Ativ. Mercantil
2023	R\$ 12.784,02	R\$ 108.967,29	R\$ 44.067,09
2025	R\$ 13.295,38	R\$ 113.325,98	R\$ 45.829,77
2026	R\$ 13.827,20	R\$ 117.859,02	R\$ 47.662,96
2027	R\$ 14.380,29	R\$ 122.573,38	R\$ 49.569,48

Nota 8) IMOBILIZADO: O valor do imobilizado ao final do exercício de 2022 totalizou R\$ 17.711.757,80. Sendo bens móveis na ordem de R\$ 10.589.257,59, e R\$ 9.385.596,40 para bens imóveis, e ainda uma depreciação de R\$ 1.807.823,08 para bens móveis e R\$ 455.273,11 para bens imóveis.

Quadro de detalhamento patrimonial para o exercício de 2022:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

VARIAÇÕES E BALANÇO DOS BENS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO 2022
BREJÃO - PERNAMBUCO

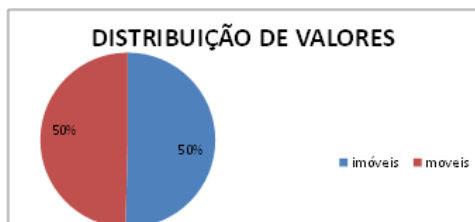
BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

CATEGORIAS	SALDO ANTERIOR	AQUISIÇÕES/INCRP.	DEPRECIACÕES	TOTAL GERAL + DP + AQUISIÇÕES
CAT. ECON.: 4.4.90.51 BENS IMÓVEIS	R\$ 8.106.583,02	R\$ 823.740,27		R\$ 8.930.323,29
CAT. ECON.: 4.4.90.52 BENS MÓVEIS	R\$ 8.340.226,35	R\$ 859.077,43	R\$ 417.869,27	R\$ 8.781.434,51

BENS IMÓVEIS + BENS MÓVEIS = R\$ 17.711.757,80

LANÇAMENTO CONTÁBIL - 2022 - JANEIRO A DEZEMBRO			
BENS IMÓVEIS	4.4.90.51	R\$	8.930.323,29
BENS MÓVEIS	4.4.90.52	R\$	8.781.434,51

* EM ATENDIMENTO AS NORMAS CONTÁBEIS - MANUAL SIAFI/2022



Assinatura Contabilidade:

Assinatura Presidente do Instituto:

ANO BASE: 2022

Nota 09) INTANGÍVEL: Os valores registrados no ativo intangível relativo a softwares utilizados nos equipamentos de informática da entidade totalizam R\$ 0,00. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas a amortização acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de controlar



em tempo real os bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE		1.072.698,82	2.896.027,59
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		18.282,19	85.526,21
PESSOAL A PAGAR		18.282,19	23.576,18
PESSOAL A PAGAR	F	18.282,19	23.576,18
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		0,00	14.685,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	F	0,00	14.685,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		0,00	47.265,03
CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	0,00	2.050,73
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	0,00	45.214,30
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		820.412,16	981.691,83
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		820.412,16	981.691,83
FORNECEDORES NACIONAIS	F	815.912,16	981.691,83
CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	4.500,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		0,00	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		234.004,47	1.828.809,55
VALORES RESTITUÍVEIS		234.004,47	1.828.809,55
CONSIGNAÇÕES	F	229.714,33	1.766.914,21
DEPÓSITOS JUDICIAIS	F	700,00	700,00
DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	F	434,71	65.458,24
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	F	3.155,43	-4.262,90

Nota 10) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2022 foram de R\$ 1.072.698,82.

Nota 11) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO:
O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar foi de R\$ 18.282,19.

Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

NÍVEIS	VALOR	ATRIBUTO
PESSOAL A PAGAR	R\$ 18.282,19	F
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	R\$ 0,00	F
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	R\$ 0,00	F
SUBTOTAL	R\$ 18.282,19	



Nota 12) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO): Corresponde as dívidas decorrentes de operações de crédito cujas parcelas tem vencimento até 31/12/2022. Não houve registro de empréstimos e financiamentos a curto prazo.

Nota 13) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO: Ao final do exercício de 2022 ficou em restos a pagar o valor de **R\$ 820.412,16 relativo a fornecedores e contas a pagar**. O exercício anterior que foi de R\$ 981.691,83.

Nota 14) PROVISÕES A CURTO PRAZO: Não foi constituída provisão a curto prazo:

Nota 15) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: As demais obrigações a curto prazo são compostas pelas **consignações R\$ 229.714,33**, depósitos **não judiciais de R\$ 434,71** e outros valores **restituíveis de R\$ 3.155,43** e depósitos **judiciais R\$ 700,00** que totalizaram o **valor de R\$ 234.004,47**. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Nota 16) PASSIVO NÃO-CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2022 foram de R\$ 118.505.976,22.

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		118.505.976,22	12.189.185,37
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		9.686.057,61	9.661.218,83
PESSOAL A PAGAR		146.791,03	146.791,03
PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO	P	146.791,03	146.791,03
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		9.539.266,58	9.514.427,80
CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	P	934.706,30	1.181.240,72
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	P	8.604.560,28	8.333.187,08
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		6.330,30	645.198,77
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZ		6.330,30	645.198,77
FORNECEDORES NACIONAIS	P	6.330,30	6.330,30
PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDITORES			
NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	P	0,00	638.868,47
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO		108.813.588,31	1.882.767,77
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO		108.813.588,31	1.882.767,77
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	P	55.752.944,08	36.460.127,47
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	P	53.060.644,23	7.683.446,10
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	P	0,00	-71.093.415,01
PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	P	0,00	28.832.609,21
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00

Nota 17) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR: Conta o valor de R\$ 9.686.057,61, corresponde as dívidas decorrentes de parcelas em dívidas da Prefeitura junto ao RPPS apresentando este saldo



até 31/12/2022.

A) CONTRIBUIÇÃO AO RGPS - PARCELAMENTO PREVIDENCIÁRIO: Valor do Parcelamento Especial:

Parcelamento(s) Previdenciário(s) da RFB : Consulta de Acompanhamento de Parcelamento(s)

CNPJ: 10.131.076/0001-00 - MUNICIPIO DE BREJAO

21/02/2023 11:45:04

Selecione um dos parcelamentos para a consulta ao Extrato de Parcelamento:

PARCELAMENTO(S) REALIZADOS(S) NA UNIDADE DA RFB

Nº Parcelamento	Modalidade	Data da Negociação	Situação do Parcelamento	Saldo Devedor (R\$)	Dt. Atualização Saldo	Extrato
641167563	Especial Lei nº 13.485/17 - PREM	28/07/2017	ATIVO (EM DIA)	8.604.560,28	18/02/2023	

Modalidade

Especial Lei nº 13.485/17 - PREM

Nº do Parcelamento
641167563

Saldo Devedor do Parcelamento
R\$ 8.604.560,28

Origem do Pedido
Unidade da Receita Federal

Data de Atualização do Saldo Devedor
18/02/2023

Data da Negociação
28/07/2017

Quantidade de Parcelas concedidas
194

Situação do Parcelamento
ATIVO (EM DIA)

Quantidade de Parcelas restantes
133

Memória de Cálculo
Detalhar

Nota 18) E MPRE STIMOS E FINANCI AME NTOS FORNECEDORES E CONTAS A LONGO PRAZO: Ao final do exercício de 2022 apresenta R\$ 6.330,30 referente a Fornecedores Nacionais .



Nota 19) Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103): As provisões matemáticas foram realizadas pelo atuário:

PROVISÕES MATEMÁTICAS – CONTABILIDADE – DATA-BASE: 31/12/2022

Operação	Plano de Contas		R\$
C	2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	108.813.588,31
C	2.2.7.2.1.01.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00
C	2.2.7.2.1.01.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.01.99	OUTRAS DEDUÇÕES: Contribuições do Ente	-
D	2.2.7.2.1.01.03	CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.01.04	CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.01.05	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.2.01.01	COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-
C	2.2.7.2.1.02.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00
C	2.2.7.2.1.02.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.02.02	CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.02.03	CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.02.04	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.2.02.03	COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS A CONCEDER	-
C	2.2.7.2.1.03.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	55.752.944,08
C	2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	61.947.715,64
D	2.2.7.2.1.03.99	OUTRAS DEDUÇÕES: Contribuições do Ente	-
D	2.2.7.2.1.03.03	CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.03.04	CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.03.05	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	6.194.771,56
C	2.2.7.2.1.04.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	53.060.644,23
C	2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	109.467.128,42
D	2.2.7.2.1.04.02	CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	22.729.885,68
D	2.2.7.2.1.04.03	CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	22.729.885,68
D	2.2.7.2.1.04.04	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	10.946.712,84
D	1.2.1.1.2.08.00	CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	-
D	1.2.1.1.2.08.01	VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	-
C	2.3.6.2.1.01.00	RESERVAS ATUARIAIS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	-
C	2.3.6.2.1.01.01	RESERVA ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS	-

Documento Assinado Digitalmente por: ERICA MIRELE DOS SANTOS MOREIRA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO, ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epv/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=ee153a33f04014f0de8c8b8465e14ea51c>



Nota 20) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: O saldo das demais obrigações a curto prazo foi de R\$ 0,00.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-81.191.132,50	12.422.771,47
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS		-81.191.132,50	12.422.771,47
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		-81.191.132,50	12.422.771,47
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	-91.875.528,26	-2.989.254,45
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	12.422.771,47	14.480.293,75
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	-1.738.375,71	931.732,17
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-81.191.132,50	12.422.771,47

Nota 21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfaz em 2022 valor de

R\$ -81.191.132,50. Os Resultados Acumulados de exercícios anteriores foram de R\$

12.422.771,47. O Resultado do Exercício foi no valor de R\$ -91.875.528,26 e Ajustes de

Exercícios Anteriores R\$ - 1.738.375,71.

D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.
d.2.Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.
d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

E) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

31/12/2021	31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00



F) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

31/12/2021	31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE- PE Nº 190/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

G.1. **Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Esta demonstração contábil atende às exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das



fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Saldos significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa NÃO Disponíveis: Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.**106):** Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

G 2. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

G. 3. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106): O montante relativo a passivos perdoados foi de R\$ 0,00.

G 4. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

DESCRIÇÃO	TIPO/CLASSE	VALOR(R\$)
HERANÇAS		0,00
PRESENTES		0,00
DOAÇÕES		0,00
	TOTAL	0,00



H) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIP-PCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
AÇÃO	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	O orçamento foi elaborado seguindo as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, observando todos os princípios orçamentários e a Lei Federal nº 4320/64. As receitas da Câmara são originadas das receitas orçamentárias do Município, transferidas de recursos não vinculados e na forma de transferências para manutenção do poder legislativo.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
2	Classificação da Receita Orçamentária A receita orçamentária da Câmara é classificada como transferência financeira	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
3	A despesa está distribuída em Classificação Institucional, Classificação funcional e pela natureza, distribuído em Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Elemento de Despesa e modalidade de aplicação.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
4	O sistema orçamentário está interligado com o sistema contábil, oferecendo oportunidade para acompanhar a execução orçamentária através do sistema contábil.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
5	Adoção dos Procedimentos contábeis Orçamentários	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
AÇÃO	1. Recolhimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Preparação do sistema de informática utilizado pela Câmara para elaboração do Balanço Patrimonial evidenciando os créditos a receber	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
2	O Balanço Patrimonial é apresentado segundo as orientações do MCASP, com o Ativo e o Passivo distribuído em Ativo Circulante e Ativo não Circulante Passivo Circulante e Passivo não Circulante. Demonstrando, ainda o Ativo e Passivo Financeiro e Permanente, segundo a Lei 4.320/64.	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de Créditos a receber	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
AÇÃO	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Reconhecimento e mensuração das obrigações com Fornecedores	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
2	Reconhecimento e mensuração das obrigações previdenciárias por Competência	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída



3	Sistema informatizado adequado à metodologia de registro de obrigações e provisões por competência	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Verificar os ativos e passivos contingentes que devem ser lançados em contas de controle e em notas explicativas	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Reconhecimento e evidênciação dos bens móveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Concluída
2	Reconhecimento e evidênciação dos bens imóveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Obrigações e Provisões para o 13º salário Obrigações decorrentes do 13º salário, por competência, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
2	Obrigações e Provisões para férias Obrigações decorrentes de férias adquiridas, por competência, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
AÇÃO	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
SUBAÇÃO	PRODUTO	REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Empenhamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
2	Processamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
AÇÃO	7. Recolhimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Demais obrigações lançadas por competência	Secretaria da Câmara	a ser definido	Concluída
AÇÃO	8. Recolhimento, mensuração e evidenciação de software, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Mensuração e evidenciação de bens intangíveis Adequação do sistema para reconhecimento e contabilização dos bensintangíveis	Setor de Contabilidade	31/12/2022	Concluída

DECLARAÇÕES FINAIS E FUNDAMENTOS:

O Balanço Patrimonial é o demonstrativo contábil que evidencia, quantitativa e qualitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, através das contas representativas do patrimônio público, bem como as contas de compensação, tendo sua estrutura formada em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.



A classificação dos elementos patrimoniais, no termos da NBC T 16.6, considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base nos seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Bezerra filho (2014, p. 224), frisa que no “patrimônio líquido deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens.” Por fim, o Balanço Patrimonial pode ser considerado como o demonstrativo que apresenta a situação patrimonial em um determinado momento.

Referenciais:

TCE-PE/2022 RESOLUÇÃO Conteúdo da Prestação de Contas Prefeituras poder Executivo
MV ASSESSORIA CONTÁBIL 2022. 2 BALANÇO PATRIMONIAL – PREFEITURA DE BREJÃO – PE.
BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade aplicada ao setor público. 1 ed.São Paulo: Atlas, 2014.

Brejão-PE , 31 de dezembro de 2022.

Elisabeth Barros de Santana

Prefeita

Eder Marccone Vieira Contador

CRC/PE nº 027904/0-8
